

**ATIVIDADES:**

**HOSPITAIS E LABORATÓRIOS:**

**CLÍNICAS EM GERAL:**

**ACAMPAMENTOS E SEMELHANTES (COM OU SEM ALIMENTAÇÃO);**

**HOSPEDARIAS E PENSÕES DE HOSPEDAGEM (COM OU SEM ALIMENTAÇÃO);**

**HOTÉIS E MOTÉIS COM OU SEM SERVIÇO DE BAR E RESTAURANTE; E**

**RESTAURANTES, BARES E LANCHONETES.**

**LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI); E**

**LICENÇA AMBIENTAL INTEGRADA (LAI).**

*Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.*

**1 – Requerimento**

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

**2 – Documentos de identificação**

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

**3 – Documentos sociais**

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

**4 – CNPJ**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

**5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)**

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

**6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)**

RG e CPF do procurador constituído.

**7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)**

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

**8 – Termo de Responsabilidade**

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

**9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)**

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

**10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)**

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

**11 – Planta de localização**

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas do polígono do imóvel e da área de intervenção.

**12 – Formulário de Cadastro**

Formulário de Cadastro de Obras Diversas simplificado (Form. 05) preenchido e assinado pelo representante legal.

**13 – Planta baixa**

Em escala compatível, indicando no mínimo os seguintes elementos:

- a) Edificações;
- b) Rede coletora e unidades de tratamento de efluentes;
- c) Áreas de uso comum; e
- d) Estacionamento.

**14 – Planta baixa de cada pavimento**

Deverá indicar da finalidade de cada sala, de forma a confirmar as informações apresentadas no memorial descritivo.

### **15 – Relatório de identificação da eventual contaminação ambiental do solo e das águas subterrâneas por agentes químicos**

Nos termos da Resolução CONEMA nº 44 de 14.12.2012 e seus anexos; da Resolução CONAMA nº 420, de 28.12.2009; e Normas da ABNT NBR 15515-1 e NBR 15515-2.

### **16 – Projeto de terraplenagem**

Deverá contemplar:

- a) Volume de corte e aterro (memória de cálculo);
- b) Informar se haverá compensação lateral e localização;
- c) Informações sobre bota-fora (volume, localização e projeto de conformação final);
- d) Informar sobre empréstimo (localização e volume de material movimentado); e
- e) Informar quanto a utilização de material oriundo de jazidas licenciadas.

### **17 – Projeto do sistema de drenagem**

Planta, em escala adequada, do sistema de escoamento das águas pluviais, indicando os locais prováveis de lançamento dessas águas no solo ou no corpo d'água, ou ainda a integração com sistema público de drenagem de águas pluviais, quando for o caso.

### **18 – Projeto do sistema de abastecimento de água (memorial descritivo, memorial de cálculo e plantas)**

Deverá contemplar:

- a) Captação;
- b) Adução;
- c) Tratamento; e
- d) Distribuição.

I - Se sistema particular de abastecimento, apresentar descrição do sistema incluindo:

- a) Estimativa da demanda de consumo;
- b) Possibilidade de atendimento pelos mananciais a serem utilizados;
- c) Traçado da rede de captação e distribuição;
- d) Localização dos reservatórios na área do empreendimento; e
- e) Projeto da estação de tratamento (memorial descritivo, memorial de cálculo e plantas).

II - Se sistema público de abastecimento, apresentar Declaração de Possibilidade de Abastecimento (DPA) da concessionária do serviço de água.

### **19 – Protocolo de Requerimento ou documento de Outorga ou Certidão Ambiental de uso insignificante de recursos hídricos**

No caso de extração de água subterrânea, captação de água superficial ou lançamento de efluentes em corpos d'água superficiais.

### **20 – Projeto do sistema de esgotamento sanitário (memorial descritivo, memorial de cálculo e plantas)**

Deverá contemplar:

- a) Rede coletora;
- b) Unidades de tratamento; e
- c) Disposição final.

I - Se sistema particular de esgotamento sanitário, apresentar a descrição do sistema incluindo:

- a) Unidades componentes;
- b) Apresentar o dimensionamento completo e detalhado de todas as unidades que irão compor o sistema de tratamento, especificando todos os parâmetros usados e necessários a sua compreensão (Incluir a memória de cálculo);
- c) Rede coletora; e
- d) Disposição final do efluente e outras informações necessárias ao entendimento do projeto, contemplando os seguintes itens:

Observações:

1ª - O projeto de esgotamento sanitário deverá ser acompanhado da justificativa do sistema proposto e ser elaborado e representado graficamente de acordo com a DZ-215.R4 (caso seja primário) e a NT-202.R10 contemplando Memorial Descritivo e de Cálculo, com plantas em escala adequada, com perfis, cortes e tamponamento.

2ª - O tratamento deverá contemplar etapa de desinfecção, conforme item 7.6 da DZ-215.R4.

3ª - Planta geral - deverá incluir desde a rede coletora externa até o sistema de tratamento proposto e o emissário dos efluentes tratados até a disposição final, devendo ainda mostrar todas as unidades que integram o sistema, sua localização e os cursos d'água existentes na área de abrangência do empreendimento, quando houver.

4ª - Plantas baixas, cortes e detalhes das unidades, com indicação de todas as dimensões, situação dos equipamentos, tubulações, etc.

5ª - No caso da disposição do efluente tratado no solo, informar a profundidade do lençol freático, a capacidade de absorção do solo e a distância em relação às unidades de captação de água (poços), no local e no entorno, e de outros corpos d'água superficiais.

II - Se sistema público de esgotamento sanitário, apresentar Declaração de Possibilidade de Esgotamento sanitário (DPE) obtido na concessionária de serviço de esgoto.

**21 – Projeto do sistema (separado) de coleta e tratamento de efluentes químicos, especialmente para laboratórios.**

**22 – Declaração do órgão competente sobre a possibilidade da coleta de resíduos sólidos**

Deverá descrever:

- a) O sistema de acondicionamento;
- b) O local de armazenamento;

- c) A coleta;
- d) O transporte;
- e) O tratamento; e
- f) O destino final dos resíduos sólidos (lixo) a serem gerados pelo empreendimento.

### **23 – Projeto do grupo de geradores de energia elétrica (se for o caso).**

### **24 – Projeto do canteiro de obras e áreas de apoio**

Deverá contemplar:

- a) Histograma de mão-de-obra;
- b) Planta geral do canteiro, com indicação da localização das instalações e sistemas de controle;
- c) Infraestrutura de saneamento básico: fonte de abastecimento de água, armazenamento de resíduos e tratamento e disposição final de esgoto sanitário;
- d) Memória de cálculo do sistema de tratamento de esgoto sanitário (inclusive das frentes de obra); e
- e) Áreas de manutenção, de armazenamento e abastecimento de máquinas/equipamentos, área de lavagem de veículos, usinas de asfalto, britagem, áreas de armazenamento de produtos químicos.

### **25 – Coordenadas geográficas da poligonal da vegetação a ser suprimida**

Inventário florestal da vegetação a ser suprimida, elaborado por profissional habilitado, acompanhada da cópia da ART do Responsável Técnico pelos estudos.

Observação:

Caso seja comprovada a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, enquadradas na IN MMA nº 06/2008, o empreendedor deverá apresentar estudo científico, elaborado por especialista(s) pertencente(s) a Instituição de notório saber. Este estudo deverá confirmar que a supressão de indivíduos da(s) espécie(s) ameaçada(s) de extinção, existente(s) na área a ser suprimida, não acarretará, em qualquer hipótese, em risco à sua sobrevivência, bem como especifique e adote, através de apresentação de Plano de Recuperação e Conservação, práticas que visem garantir a preservação da(s) mesma(s) na área de influência direta.

### **26 – Projeto de restauração/compensação florestal, nos termos das Resoluções INEA nº 89/2014 e 143/2017; ou Declaração de que opta pela compensação financeira conforme Resolução SEA/INEA nº 630/2016.**

### **27 – Cronograma físico de implantação do empreendimento**

Devidamente assinado pelo representante legal ou responsável técnico.

### **28 – Estudo Ambiental (EIA/RIMA, RAS, outros)**

Dependendo do porte, da localização e do potencial de impacto ambiental do empreendimento, poderá ser solicitado algum tipo de estudo ambiental, em complementação aos documentos apresentados, que deverá ser desenvolvido de

acordo com Instrução Técnica específica, elaborada por grupo de trabalho e fornecido após vistoria técnica na área.

**No Portal do Licenciamento ([portallicenciamento.inea.rj.gov.br](http://portallicenciamento.inea.rj.gov.br)) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.**

**Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.**